

## NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA E A NOVA FASE DA DEPENDÊNCIA

Marisa Silva Amaral\*

A teoria marxista da dependência, especialmente representada por Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, apresenta uma análise crítica acerca dos problemas referentes ao desenvolvimento econômico enfrentados pela periferia do sistema, a partir do entendimento de que a expansão da economia de certos países condiciona as possibilidades de desenvolvimento de outras economias. Desta forma, os países dominantes poderiam se expandir e se auto-sustentar enquanto que os dependentes apenas poderiam fazê-lo como um reflexo da expansão dos anteriores (Dos Santos, 1970: 231). Nos termos de Marini (2000: 109), a dependência deve ser “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada<sup>1</sup> da dependência”, que só pode ser suplantada fora dos limites do sistema capitalista de produção.

A partir desta visão, é possível distinguir três formas históricas da dependência<sup>2</sup>. A primeira delas seria a dependência colonial, com tradição na exportação de produtos *in natura* e na qual o capital comercial e financeiro, em aliança com os estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias. A segunda seria a dependência “financeiro-industrial” que se consolida ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se dá por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. E a terceira, consolidada na década de 1970<sup>3</sup>, seria a dependência tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos, forçando a que estes importem maquinaria e matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias e que paguem *royalties* para sua utilização. (Dos Santos, 1970)

O argumento que sustentamos é o de que, num período mais recente – mais propriamente, em tempos neoliberais –, tem se firmado uma nova fase do capitalismo, que representaria uma nova forma histórica da dependência – a quarta forma histórica –, caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos (valor, nos termos marxistas) na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes. Destacando que esta é

---

\* Mestre em Economia pela UFU e Professora do IE-UFU. [msilvaamaral@yahoo.com.br](mailto:msilvaamaral@yahoo.com.br).

<sup>1</sup> Para o entendimento dos esquemas de reprodução simples e ampliada, consultar Marx (1974, 1988), Livro II, Seção III.

<sup>2</sup> Um tratamento mais detalhado das formas históricas de dependência pode ser encontrado em Amaral (2005, 2006).

<sup>3</sup> Há autores que acreditam na consolidação desta terceira forma histórica da dependência já na década de 50, com o desenvolvimento da revolução técnico-científica, sendo os anos 70 responsáveis pela crise desta forma histórica.

uma nova fase da dependência porque aprofunda as condições estruturais da dependência e, por outro lado, assume uma maior face na valorização do capital fictício, que é um tipo de capital que se desdobra tendo como base o capital portador de juros financiador do investimento produtivo.

A acumulação de capital em tais circunstâncias assume suas próprias características. Em primeiro lugar, ela é caracterizada por profundas diferenças em nível doméstico, no contexto local de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva. O resultado, sob o ponto de vista da mais-valia relativa, é uma violenta exploração da força de trabalho, que se dá justamente como consequência de um intercâmbio desigual entre centro e periferia e dos mecanismos de transferência de valor que ele reforça. Ocorre que o resultado imediato destes mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. E a única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho, “o que implica no acréscimo da proporção excedente / gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho” (Carcanholo, 2004a: 11). Ou seja, a dinâmica do intercâmbio desigual culmina em superexploração e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, e isto implica necessariamente numa distribuição regressiva de renda e riqueza e em todos os agravantes sociais já conhecidos deste processo.

Marini nos mostra que a ocorrência da superexploração do trabalho se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central<sup>4</sup>, levando a que a mais-valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro. Configura-se, assim, uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia (aquilo que Marini chamou de “capitalismo *sui generis*”), justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não sendo, portanto, realizada internamente. Então, os mecanismos de transferência de valor provocam, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. E esta expropriação de valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção – justamente através da superexploração – e não no nível das relações de mercado, por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva. Em outras palavras, “a apropriação de mais-valia de um

---

<sup>4</sup> Embora a existência do intercâmbio desigual se constitua, de fato, numa forma de exacerbar e fortalecer “a sede de acumulação” e a exploração do trabalho que daí deriva, Marini (2000, p. 124) nos mostra que “não é a rigor necessário que exista o intercâmbio desigual para que comecem a funcionar os mecanismos de extração de mais-valia (...); o simples fato da vinculação ao mercado mundial e a consequente conversão da produção de valores de uso à produção de valores de troca que implica, têm como resultado imediato desatar um elã de lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente”.

capital por outro não pode ser compensada pela produção de mais-valia mediante a geração endógena de tecnologia pelo capital expropriado, estabelecendo-se, de maneira irrevogável, a necessidade da superexploração do trabalho” (Martins: 1999, 128).

### **Neoliberalismo e capital fictício: a nova fase da dependência**

Inicia-se aqui o tratamento daquela que argumentamos ser a nova fase da dependência que se configura especialmente a partir da década de 90, quando se torna hegemônica a estratégia neoliberal de desenvolvimento – imposta pelos países do centro do capitalismo mundial aos países da periferia do sistema e abundantemente incorporada por estes últimos –, apoiada no discurso globalizante que se desenvolve e dissemina a partir de então.

Esta nova fase da dependência e do capitalismo em geral distingue-se das anteriores por conta de uma característica que lhe é peculiar: a forte “generalização do movimento especulativo do capital” (Carcanholo & Nakatani, 1999: 1) ou, conforme se convencionou chamar na literatura recente, a presença de um intenso processo de financeirização da economia, que se exacerba ao ponto de tornar a lógica especulativa predominante sobre a lógica produtiva, isto é, ao ponto de o capital produtivo se subordinar ao capital financeiro (ou capital fictício nos termos de Marx).

A tese que nos guia a partir de então é justamente a de que, nos marcos do capitalismo atual, a dependência se estabelece mediante um intenso aprofundamento da vulnerabilidade externa dos países periféricos frente aos centrais, exatamente em função da predominância do capital fictício em suas estruturas. Este é o emblema, o definidor, a característica ou condição estruturante desta nova fase da dependência, de modo que podemos identificar a condição dependente de um país a partir de seus níveis de vulnerabilidade externa.

Com a evolução do capitalismo mundial, a perspectiva neoliberal de desenvolvimento ganha espaço teórico e ideológico no último quarto do século XX e é justamente nos países periféricos que sua efetiva implementação ocorreu de forma pioneira e concentrada, aprofundando sua situação de dependência nos termos antes apontados.

Sob a chancela do Consenso de Washington<sup>5</sup>, essa perspectiva emerge como uma forma de superação da crise do capitalismo mundial ocorrida nos anos 70, atravessa os anos 80 e se exacerba enormemente na década de 90, fundamentada na crença de que os agentes individuais tomam suas decisões movidos exclusivamente pelo interesse próprio, de tal forma que as realizações individuais são necessariamente disseminadas para a coletividade, e de que o *locus* de interação entre estes agentes é o mercado, que deve estar livre de qualquer intervenção justamente para que seja

---

<sup>5</sup> A denominação Consenso de Washington foi dada “ao conjunto de receitas de políticas e estratégias de desenvolvimento defendidas pelas instituições egressas de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e pelo governo dos Estados Unidos” (BARUCO, 2005: 2), a partir dos anos 90.

garantida esta “ordem natural das coisas” (Carcanholo, 1998: 18). Nestas circunstâncias, a globalização constituiria a própria expressão da “modernidade” notadamente por ser o resultado das forças de mercado “liberadas das correntes nocivas da ação do Estado”.

Diante disto, o discurso propalado pelos organismos internacionais (destacadamente, FMI - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) era o de que as reformas estruturais que incentivassem o funcionamento dos mercados, apoiado na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas, garantiriam a retomada das altas taxas de investimento e o crescimento econômico com distribuição de renda. Todas as nações deveriam se engajar neste processo de reordenamento da ordem econômica – destacando-se o fato de que esta imposição se deu de maneira muito mais veemente, e quase que exclusiva, nos países periféricos, em geral, e nos latino-americanos, em específico – e o que garantiria a inserção no “novo mundo globalizado” seria justamente o maior grau de abertura das economias e a desregulamentação dos mercados.

A pretensa constatação se baseia no diagnóstico de que a retomada do desenvolvimento econômico estaria limitada pelo contexto de esgotamento da perspectiva estruturada no processo de substituição de importações. Esta, a partir da liderança estatal, se caracterizava pela implementação de políticas de protecionismo comercial, repressão financeira e forte regulamentação dos mercados, em específico, do mercado de trabalho. Por isso, as reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e serviços públicos, eliminação da maior parte dos subsídios, como forma de liberalizar os preços, e a liberalização financeira interna e externa, formariam o único tipo de política econômica capaz de garantir a inserção dos países periféricos no novo processo de globalização. Tudo isto assentado num programa de estabilização macroeconômica (controle inflacionário e equilíbrio fiscal) que aparece como pré-requisito à aplicação do projeto reformista.

É neste contexto (ou nestas bases) que se desenha aquilo que Osório (2004: 101) chamou de “el nuevo patrón exportador latinoamericano”, ou, mais especificamente, “un nuevo patrón de reproducción del capital, que en sus líneas generales puede caracterizarse como un nuevo modelo exportador”<sup>6</sup>. Trata-se de uma espécie de nova economia para o caso dos países periféricos (os latino-americanos, em especial), em cujas determinações está um processo de reestruturação produtiva calcado na idéia da especialização – em contraposição à industrialização diversificada empreendida no período desenvolvimentista anterior. Deste modo, o argumento é o de que o processo de industrialização na América Latina poderia prosseguir – e o faria de maneira muito mais eficiente e produtiva –, desde que estruturado na vocação primário-exportadora própria destas

---

<sup>6</sup> Da mesma maneira, Sotelo (2004) identifica este processo, cunhando os termos “novo padrão de reprodução de capital dependente” e “novo padrão de acumulação dependente neoliberal”, no sentido de qualificar as transformações vividas pelos países latino-americanos a partir do final da década de 70.

economias, corroborando com a noção das vantagens comparativas difundida pelas tradicionais teorias do comércio internacional. Assim deveria se dar a inserção externa destes países, privilegiando-se atividades produtivas que tivessem lugar no mercado internacional a despeito das estratégias nacionais de desenvolvimento adequadas a cada país, de maneira a divorciar o setor industrial de seu papel de impulsionador do desenvolvimento e do progresso técnico e a limitar, portanto, os graus de autonomia decisória de cada nação<sup>7</sup>. Para tanto, esta inserção deveria ser norteada pelo processo de abertura externa, comercial e financeira, ainda que o Estado devesse atuar como regulador-supervisor em mercados que apresentassem determinadas imperfeições.

Sotelo (2004, p. 97-99) caracteriza pontualmente esta “nueva formación económica social neoliberal capitalista dependiente” como uma condição de perda de capacidade de negociação por parte da periferia em relação aos grandes organismos financeiros internacionais e às empresas transnacionais, no sentido de atenuar sua dependência estrutural de importações, e de abandono de uma estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização, fazendo com que a acumulação e reprodução de capital na periferia se dê crescentemente por intermédio da produção primária. Reforça-se, assim, sua condição dependente – em termos tecnológicos, comerciais, financeiros e até mesmo militares e culturais – e “la cesión de soberanía en favor del capital y los inversionistas privados nacionales y extranjeros”.

Nessas bases, em termos da abertura comercial empreendida, o que ocorre é que os padrões de concorrência e as regras institucionais do comércio e do investimento são fortemente modificados, com as indústrias nacionais dos países periféricos sendo expostas à competitividade internacional sem que fossem criadas bases estruturais para tal e com o Estado se afastando progressivamente da atividade econômica, especialmente através de um intenso processo de privatizações. Então, o que se tem na realidade é, de fato, um processo de desindustrialização dessas economias, expressa a partir de uma intensa reestruturação produtiva através da qual setores antes estratégicos no alicerce de projetos de desenvolvimento anteriores – a saber, setores mais intensivos em tecnologia – perdem espaço e importância nos marcos da “nova economia”, dando lugar à produção e exportação de produtos primários tais como alimentos, minerais e matérias-primas.

En tanto proceso global macrohistórico de las décadas de los ochenta y noventa, la desindustrialización prácticamente há cubierto a todos los espacios productivos de los países latinoamericanos – incluyendo al más avanzado: Brasil – y constituye la contrapartida de la reindustrialización de los países imperialistas, al influjo de la tercera revolución industrial desencadenada desde la década de los cuarenta del siglo XX. (Ibidem, p. 92)

---

<sup>7</sup> Como mostra Sotelo (Ibidem, pp. 93-94), quando passa a vigorar o período neoliberal a lacuna do desenvolvimento – que, inclusive, não foi alcançado por meio das políticas de industrialização para dentro, típicas do período desenvolvimentista – na periferia se mantém aberta justamente pela incapacidade de geração endógena de progresso técnico por parte desses países, que acabam se inserindo num processo de assimilação das condições de desenvolvimento impostas pelas nações industrializadas.

Revitaliza-se, então, a idéia do intercâmbio desigual desenvolvida por Marini (2000), dado que a exportação de produtos de mais baixo valor agregado, intensivos em força de trabalho e recursos naturais, e de mais baixos níveis de produtividade – cujas indústrias são predominantes em países periféricos – ocorre vis-à-vis à necessária ampliação da importação de produtos de maior valor agregado e de níveis de produtividade evidentemente superiores – próprios de países centrais –, firmando-se a transferência do excedente produzido na periferia para o centro, o que, por sua vez, provoca desequilíbrios na balança comercial e de serviços – pelos motivos óbvios de que as indústrias nacionais dos países dependentes são incapazes de fazer frente à concorrência internacional – e o conseqüente imperativo da atração de capitais que possam fazer face a estes desequilíbrios.

Esta atração de capitais pode se dar sob três formas: i) subvenções ou doações; ii) investimento direto estrangeiro (IDE), que, embora faça crescer a capacidade produtiva na periferia – para os casos em que não se dá por meio de privatizações ou fusões e aquisições, que apenas promovem transferência de propriedade –, também enfraquece sua acumulação interna de capital, pois torna crescente a remessa de excedente para o exterior, a repatriação dos lucros, recolocando o problema para as contas externas mais adiante; e iii) empréstimos, através do lançamento de títulos de dívida e de propriedade, que tendem a ganhar caráter especulativo na periferia – por conta da baixa credibilidade e dos riscos de aplicação geralmente altos nesses países – e são lançados como papéis de curto prazo e de alta rentabilidade, dadas as taxas de juros elevadas. Esta última forma de financiamento externo é a mais comum na periferia e a sua generalização, somada às facilidades de repasse (ou revenda) dos papéis adquiridos, faz com que os capitais, em busca de valorização, entrem e saiam desses países muito rapidamente, sem que se estabeleça vínculo algum e, portanto, sem que haja qualquer interesse em relação aos problemas nas contas externas que estas fugas de capitais provocam.

Nesse cenário se faz presente a característica que protagoniza a condição de dependência no capitalismo atual: o acréscimo da vulnerabilidade externa estrutural combinada a uma situação de intensa fragilidade financeira, ambas como resultado imediato da “excessiva abertura financeira e falta de controle da mobilidade de capitais” (Filgueiras, 2005: 6) e também do tipo de inserção externa das economias latino-americanas, em cuja pauta de exportações predominam as *commodities* e/ou produtos industriais de baixo valor agregado, como já dito anteriormente. Carcanholo (2004c, p. 100) percebe a conexão existente entre os conceitos de fragilidade financeira e de vulnerabilidade externa, afirmando que

a fragilidade financeira externa é dada pela dependência frente aos capitais externos, em um contexto em que estes se deslocam entre os distintos mercados nacionais (regionais), de acordo com sua lógica especulativa. Portanto, a fragilidade financeira é fruto de uma opção de política nacional (regional) que

adota uma estratégia de desenvolvimento calcada na liberalização financeira externa, em complemento à abertura comercial, conforme o receituário e os preceitos da visão ortodoxa. A vulnerabilidade externa, por seu turno, é muito mais uma consequência dessa opção de política, já que ela é dada pelo grau (capacidade) que uma determinada economia tem de responder aos choques externos, isto é, a mudanças abruptas na direção do fluxo de capitais externos.

Sendo assim, a vulnerabilidade externa aparece como uma consequência da fragilidade financeira e pode ser identificada, por exemplo, quando uma economia apresenta baixa resistência a uma possível fuga de capitais. A partir daí não fica difícil perceber em que termos se estabelece a dependência e a avidez por uma maior flexibilização dos mercados, especialmente do mercado de trabalho no sentido de ampliar a superexploração na periferia.

O que explica estes aspectos é a formação de um círculo vicioso pautado numa dinâmica de atração de capitais externos de curto prazo para fazer face aos desequilíbrios no balanço de pagamentos – o que faz aumentar a dívida externa –, sendo que isto é feito por meio da elevação dos juros domésticos – o que faz aumentar a dívida interna e, para além disto, desestimula investimentos produtivos e o próprio consumo, travando o crescimento e a produção de valor. Estas novas práticas redundam na manutenção de superávits primários – voltados para o pagamento dos juros e amortizações das dívidas e até mesmo para que a entrada de mais recursos possa ser garantida, tendo em vista a “confiabilidade” promovida por estas práticas –, que fazem diminuir os gastos públicos e reduzir a intervenção do Estado mesmo (ou inclusive) nas áreas que são de sua responsabilidade por definição, o que significa fundamentalmente perdas sociais, de tal forma que esta esfera – e toda a dinâmica da economia nacional – passa a ser subordinada aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. Tudo isto acompanhado de mais endividamento e de uma consequente e intensa transferência de recursos para o exterior<sup>8</sup> – seja nesta forma de juros e amortizações, seja na forma de dividendos por parte das grandes empresas transnacionais que se instalam na periferia, seja na forma de *royalties* por conta da dependência tecnológica –, numa dinâmica incessante e extremamente nociva.

Ocorre, então, a perda de autonomia das políticas nacionais para esses países – o Estado se vê a serviço e à mercê do capital financeiro –, com uma forte restrição externa ao crescimento, que se explica pelos seus déficits em conta corrente e pela então necessidade de manutenção de altas taxas de juros como forma de atrair capitais que possam cobri-los, implicando em ampliação da dívida e do passivo externo dessas economias. Estas políticas de abertura comercial e financeira inauguradas no período provocam, portanto, uma ampliação nos níveis de vulnerabilidade externa, que constituem a restrição maior para a retomada e sustentação do crescimento econômico, e uma crescente superexploração da força de trabalho (traduzida em arrocho salarial e ampliação da

---

<sup>8</sup> Toussaint (2002, pp. 139-166) faz um excelente tratamento acerca das formas assumidas pela transferência de riquezas do Sul para o Norte – tal como ele próprio qualifica –, especificando melhor a dinâmica deste processo.

jornada de trabalho) para que a acumulação interna de capital possa ser garantida em níveis razoáveis de lucratividade.

Do ponto de vista social, esta opção de inserção externa passiva produz uma exclusão crescente, evidenciando-se os problemas de crescimento e desenvolvimento econômicos, com queda nos investimentos produtivos, conseqüente ampliação do desemprego<sup>9</sup> e do exército industrial de reserva, redução salarial como forma de manter os custos internos de produção competitivos internacionalmente (exigência da própria reestruturação produtiva) e de contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro – para o que se recorre às reformas neoliberais de flexibilização do mercado de trabalho – e uma distribuição regressiva da renda e da riqueza, associada a uma marginalidade e violência crescentes. Isto leva Osório (2004, p. 114) a perceber que

la construcción del nuevo patrón de reproducción del capital tiene como uno de sus pilares el traspaso de fondos del consumo de los trabajadores al fondo de acumulación. Así, la pobreza há tendido a rebasar el ámbito del desempleo para adentrarse al territorio de los trabajadores com empleo.

Deste modo concluímos que, de maneira inconteste, a globalização financeira se deu de forma mais rápida que a comercial e produtiva – embora seja inequívoca a intensificação do comércio de bens e serviços entre os países e uma maior participação das operações de empresas transnacionais por toda a economia – e, ao se aprofundarem nessa lógica, os países latino-americanos conquistam um crescimento exponencial de seus endividamentos externo e interno, preservados por elevadas taxas de juros. Os impactos desses processos de abertura comercial e desregulamentação financeira na estrutura das contas externas, no estoque e no perfil de seus endividamentos e passivos externos, definem a forma que a restrição externa ao crescimento e a dependência assumem neste início de século XXI, nos levando, inclusive, a reafirmar a tese da irreversibilidade desta condição nos marcos do capitalismo – e perceber que a condição dependente é intransponível pelo simples manejo da política econômica, sendo possível apenas amenizá-la com a utilização desses mecanismos –, tendo em vista que os países periféricos seguem importando tecnologias e conhecimentos dos países centrais, intensificando o processo de transferência de valor e, assim, acabam por ingressar recorrentemente na dinâmica do círculo vicioso através da qual o endividamento externo, a fragilidade financeira e a vulnerabilidade externa se tornam mais agudos e se exasperam os mecanismos de superexploração do trabalho que garantem a continuidade da

---

<sup>9</sup> Mesmo nos casos em que há queda nos níveis de desemprego a superexploração se faz presente, tendo em vista que, em regra, o emprego que se amplia é de caráter extremamente precário, envolvendo empregos temporários, empregos informais, com jornada de trabalho estendida, subemprego, dentre outros resultados da flexibilização regressiva do mercado de trabalho que permite ao capitalista contratar e demitir trabalhadores livremente, sem nenhuma responsabilidade trabalhista, de acordo com seus interesses de classe e com as fases do ciclo capitalista. Para além disto, conforme mostra Sotelo (2004), parece haver, para o caso da América Latina, uma tendência à ampliação do valor da força de trabalho que não é compensada por aumentos salariais proporcionais, deixando mais uma vez clara a existência de superexploração.

acumulação interna de capital. O que se tem é, portanto, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, expressão cunhada por Frank (1970) para dizer exatamente que, “quanto mais cresce a economia dependente, mais ela aguça as diferenças específicas que a separam do capitalismo existente nos países avançados” (Marini, 1992: 89). Isto não significa afirmar que é impossível que haja crescimento econômico em países dependentes, mas apenas que, nos limites do modo capitalista de produção, dependência gera mais dependência, ou, dito em outras palavras, a dependência é estrutural e insuperável, nos marcos da economia capitalista mundial.

Então, numa tentativa de tornar rotundo o nosso raciocínio, temos que o neoliberalismo se apresenta como a forma histórica atual da dependência, a vulnerabilidade externa aparece como característica da dependência, que é agravada na nova forma histórica e é a partir daí que se colocam as possibilidades de desenvolvimento **capitalista** na periferia por meio da superexploração da força de trabalho.

### **Referências Bibliográficas**

AMARAL, Marisa Silva. “Dependência e Superexploração do Trabalho na América Latina em Tempos Neoliberais”. In: *Anais do 4º Colóquio Marx e Engels*, Campinas, 08 a 11 de novembro, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência*. Uberlândia, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. *Do consenso keynesiano ao pós-Consenso de Washington*. Uberlândia, 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do Governo FHC”. In: MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A. & CARCANHOLO, M. D. (orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. “Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: *Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, São Paulo, 31 de outubro a 02 de novembro, 2004a.

\_\_\_\_\_. “Neoliberalismo e desenvolvimento em uma economia periférica”. In: XAVIER, C. L. (org.). *Desenvolvimento desigual*. Uberlândia: Edufu, 2004b.

- \_\_\_\_\_. “Abertura e vulnerabilidade externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica”. In: XAVIER, C. L. (org.). *Desenvolvimento desigual*, Uberlândia: Edufu, 2004c.
- CARCANHOLO, Reinaldo & NAKATANI, Paulo. *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/carcanholo> [acesso em 24 ago. 2005], 1999.
- DOS SANTOS, Theotônio. “The structure of dependence”. In: *American Economic Review*, New York, maio, pp. 231-236, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FILGUEIRAS, Luiz Antônio. “Superávit versus redução da dívida”. In: *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Órgão Oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ, nº 197, pp. 5-6, 2005.
- FRANK, André Gunder. *Capitalismo e subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1970.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependência*. México: Ediciones Era, 1991.
- \_\_\_\_\_. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Dialéctica da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- MARTINS, Carlos Eduardo. “Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, nº 5, dezembro, pp. 121-138, 1999.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, 5 volumes, livro terceiro, volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, 5 volumes, terceira edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- OSÓRIO, Jaime. *Crítica de la Economía Vulgar – Reproducción del Capital y Dependencia*. México: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, julho, 2004.
- SOTELO VALENCIA, Adrián. *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo, maquiladoras y telecomunicaciones*. México: Plaza y Valdés-UOM-ENAT, 2004.
- TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida – a dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.